



SERVIÇOS FINANCEIROS



BANCO GM S.A.
CNPJ nº 59.274.605/0001-13

CRUZE PREMIER

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e que a Administração tem intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Avaliação do Resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as operações de crédito e arrendamento mercantil atingiram o montante de R\$ 7.174 milhões (2020 - R\$8.475 milhões). O Patrimônio Líquido atingiu R\$2.668 milhões (2020 - R\$2.883 milhões) e os Ativos totalizaram R\$10.198 milhões (2020 - R\$13.039 milhões). O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2021 foi de 37,64% (2020 - 35,09%).

Gerenciamento de Riscos Corporativos

Em conformidade com nossas políticas internas, conjuntamente com as diretrizes estabelecidas pela nossa matriz em Detroit-EUA, o Banco GM S.A. (anteriormente denominado Banco GMAC S.A.), possui estrutura de gestão de riscos voltada para as melhores práticas internacionais e atendimento das exigências dos agentes reguladores locais. Neste sentido, o Banco conta com políticas de gerenciamento de riscos e procedimentos de controle e monitoramento contínuo, e de forma independente das áreas de negócio, permitindo o estabelecimento de uma cultura sólida de administração de riscos. As informações sobre a estrutura de gerenciamento dos riscos encontram-se disponíveis em nosso portal www.chevroletf.com.br, e são distribuídas ao público de relacionamento do Banco.

Ouidoria

Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e melhoria dos produtos, serviços e atendimento oferecidos, em conformidade com as Resoluções nº 4.860/20 e nº 4.859/20 do Conselho Monetário Nacional. São Paulo 17 de março de 2022

A Administração

Demonstrações do Resultado

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2021	2020
Receitas de Intermediação Financeira		1.320.155	1.556.322
Operações de crédito		1.260.303	1.461.496
Operações de arrendamento mercantil	18	25.330	41.388
Resultado com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	5	34.522	53.438
Despesas da Intermediação Financeira		(651.216)	(687.532)
Operações de captações no mercado	11a	(321.505)	(314.705)
Operações de arrendamento mercantil		(22.580)	(27.810)
Operações de vendas ou transferência de ativos financeiros	7j	(25.867)	(92.081)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(281.264)	(242.996)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		668.939	868.790
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(246.461)	(233.861)
Receitas de prestação de serviços		46.245	67.376
Rendas de tarifas bancárias	23	40.411	62.790
Despesas de pessoal	19	(140.356)	(127.678)
Outras despesas administrativas	20	(261.284)	(315.708)
Despesas tributárias	24	(42.200)	(55.833)
Resultado de equivalência patrimonial	10	107.810	54.586
Outras receitas operacionais	21	77.404	230.639
Outras despesas operacionais	22	(74.491)	(150.033)
Resultado Operacional		422.478	634.929
Resultado não Operacional		8.202	6.391
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		430.680	641.320
Imposto de Renda e Contribuição Social		(78.132)	(188.374)
Provisão para imposto de renda corrente		(59.320)	(44.963)
Provisão para contribuição social corrente		(59.521)	(46.255)
Ativo fiscal diferido	12b	40.709	(98.156)
Participações no lucro		(30.074)	(27.000)
Lucro Líquido do Exercício		322.474	425.944
Lucro Líquido por Ação - R\$		0,28	0,37
Total de ações: 1.141.400.925			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	2021	2020
Lucro Líquido do Exercício	322.474	425.944
Resultado Abrangente do Exercício	322.474	425.944
Atribuível à Controladora	322.474	425.944
Atribuível aos não Controladores	1	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido Ajustado		729.493	500.484
Lucro Líquido do exercício		322.474	425.944
Depreciações e amortizações imobilizado em uso		4.471	4.872
Depreciações e amortizações imobilizado arrendamento		15.000	14.852
Insuficiência (Superavência) de depreciação	3e	5.613	11.151
Outras despesas de arrendamento		1.968	11.808
Resultado na alienação de imobilizado de uso		(254)	(255)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(107.810)	(54.586)
Resultado na alienação de bens não de uso - BNDU	12b	(7.304)	(5.769)
Provisão para operações de crédito e de arrendamento de liquidação duvidosa			
Atualizações de depósitos judiciais em garantia e impostos a compensar	7g	281.265	242.936
Resultado com títulos e valores mobiliários	21	(19.587)	(16.753)
Juros apropriados de depósitos	5c	(3.694)	(16.845)
Juros apropriados de obrigações por emissão de letras financeiras		121.692	83.342
Provisão para riscos e obrigações legais	15b	42.835	53.711
Resultados de exercícios futuros	16	13.120	(73.525)
Ativo fiscal diferido	12b	(99.846)	(172.463)
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	12b	40.709	(98.156)
Variação de Ativos e Obrigações		(1.890.063)	1.148.102
(Aumento) redução de títulos e valores mobiliários			40.000
(Aumento) redução em operações de crédito, arrendamento mercantil		1.074.932	1.618.618
(Aumento) redução em outros créditos		24.685	1.005.082
(Aumento) redução de despesas antecipadas		5.046	(4.131)
(Aumento) redução em bens não de uso		7.848	6.552
Aumento (Redução) em depósitos		(758.358)	(2.690.472)
Aumento (Redução) em obrigações por emissão de letras financeiras		(1.588.833)	2.176.136
Aumento (Redução) em outras obrigações		(603.496)	(922.002)
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros		63.478	124.989
Alienação de imobilizado de arrendamento		(22.581)	(37.811)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(92.784)	(166.859)
Caixa Líquido Proveniente (Aplicado) das Atividades Operacionais		(1.160.570)	1.648.586
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Alienação de imobilizado de uso		5.433	5.007
Aquisição de imobilizado de uso		(6.052)	(4.900)
Caixa Líquido Proveniente (Aplicado) nas Atividades de Investimento		(619)	107
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Juros sobre o capital próprio pagos	17b	(63.635)	(78.775)
Dividendos pagos	17b	(409.040)	-
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento		(472.675)	(78.775)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.633.864)	1.569.918
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios		2.261.565	691.645
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios		627.701	2.261.565

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

o Pronunciamento Técnico CPC-25.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.
- Imposto de renda e contribuição social
- Provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 no ano (R\$120 no semestre). A provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro real. E também constituída provisão para imposto de renda diferido sobre a superavência de depreciação, as receitas de atualização dos depósitos judiciais, e créditos tributários de IRPJ e a CSLL diferidos sobre diferenças fiscais temporárias e prejuízos fiscais, com base nas alíquotas vigentes. Medida Provisória nº 1.034/2021 impôs aumento de 5% na alíquota da contribuição social sobre o lucro a partir de julho de 2021. Dessa forma, efetuamos o incremento de 5% sobre a apuração da CSLL do ano.
- Partes Relacionadas
- Divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 4.818/20, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.
- Mensuração a valor justo
- Metodologia aplicada para mensuração do valor justo em ativos e passivos financeiros, quando aplicável é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das cotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.
- Uso de estimativas contábeis
- A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue cartas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes da provisão para perda esperada associada para risco de crédito e dos passivos contingentes; e (iv) expectativa de realização do crédito tributário. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.
- Resultado não recorrente
- Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em dezembro de 2021 o Banco GM não teve resultado de operações não recorrentes.
- Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Banco GM reconheceu em seu resultado um efeito de receita não recorrente na rubrica "Outras receitas operacionais" no montante de R\$ 97.121, referente à posição a deduzir, nas bases de PIS e COFINS, as despesas com Provisão para Operações



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.117.609	-	-	2.564.736
Lucro líquido do exercício	(148.479)		425.946	
Destinação do lucro:				
Reservas de lucro	-	21.298	(318.557)	-
Aumento de capital homologado pelo Banco Central em 29 julho de 2020 (nota 18c)	298.870	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	(107.389)	(107.389)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.416.479	169.555	297.259	2.883.293
Lucro líquido do exercício			322.474	322.474
Destinação do lucro:				
Reservas de lucro	-	16.124	(194.231)	-
Dividendos	-	-	(409.040)	(409.040)
Juros sobre o capital próprio	-	-	(128.243)	(128.243)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.416.479	185.679	66.326	2.668.484

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco GM S.A. (anteriormente denominado Banco GMAC S.A., alteração homologada pelo regulador em 18 de março de 2020) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras de crédito, financiamento, investimento e arrendamento mercantil. Suas atividades operacionais consistem, principalmente, no financiamento de veículos ao consumidor, no financiamento de peças e veículos e no empréstimo de dinheiro em giro para as concessionárias da rede Chevrolet. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo Chevrolet Serviços Financeiros, as quais atuam integralmente no mercado financeiro, utilizando-se de uma mesma estrutura operacional. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN. Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/2020 foram incluídas, nas demonstrações contábeis. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN.

a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;

b) CPC 02 (R2) - Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;

c) CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08, aprovado pela CMN nº 4.270 com efeitos a partir de 2020;

d) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;

e) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;

f) CPC 10 (R1) - Patrimônio líquido em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;

g) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;

h) CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;

i) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologados pela Resolução CMN nº 3.823/09;

j) CPC 27 - Ativo Imobilizado homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;

k) CPC 33 de Benefícios a empregados - homologado pela resolução CMN nº 4.424/15;

l) CPC 41 Resultado por ação - homologado pela resolução BCB 2;

m) CPC 46 Mensuração do Valor Justo - homologado pela resolução CMN nº 4.748/19;

n) CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis em operação pelo CPC e se a utilização deles será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 17 de março de 2022.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

a) Apuração do resultado

- As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata temporis" para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações de arrendamento mercantil são apuradas pelo regime de competência e segundo a Portaria Ministério da Fazenda nº 140/84, que considera:
 - As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no ano.
 - O ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil.

b) Ativo circulante e realizável em longo prazo

Os ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis" e cambiais incorridos, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável.

c) Operações de arrendamento mercantil

As operações de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com opção feita pela arrendatária, com cláusula de taxa de juros prefixada, tendo a arrendatária a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao término do contrato. Os valores residuais garantidos das operações de arrendamento mercantil, que representam as opções de compra a vencer, bem como os respectivos ajustes monetários, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a rubrica "Valores residuais a balancear", ambos no subgrupo de arrendamentos a receber.

As provisões para perdas esperadas associadas ao Risco de Crédito das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são fundamentadas na análise das operações em aberto,

efetuada pela Administração, para concluir quanto ao valor adequado, e levam em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN. Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a partir de 1º de janeiro de 2012, os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo semestre seja improvável de ocorrer;
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garante por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador; e
- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

O registro contábil da venda ou transferência de ativos financeiros classificados na categoria operações com retenção substancial de riscos e benefícios é realizado da seguinte maneira: (i) o ativo financeiro, objeto da venda ou transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo; (ii) os valores recebidos na operação são registrados no ativo em contrapartida com o passivo referente à obrigação assumida; (iii) as receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, mensalmente.

As provisões para perdas esperadas associadas ao Risco de Crédito seguem os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento de até 90 dias, que possuem convertibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A moeda funcional adotada para a elaboração das demonstrações financeiras é o real.

d) Instrumentos Financeiros

i. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido de variações monetárias e juros contratuais. Quando o valor de realização de um determinado ativo for inferior ao valor registrado contabilmente, é registrada provisão para ajuste deste ativo ao seu respectivo valor de realização.

ii. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cotá dividido por seus respectivos administradores. Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e que a Administração tem intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

e) Ativo permanente

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- Participação em sociedades controladas, avaliada pelo método de equivalência patrimonial.
- Depreciação do imobilizado calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: sistema de processamento de dados e transportes - 20% e demais contas - 10%.
- O Banco, visando atender ao regime de competência, constituiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, insuficiência de depreciação no montante de R\$5.611 (R\$11.151 em 2020), classificada em despesa de arrendamento mercantil, e apresentava insuficiência de depreciação para o exercício de 2021 de R\$19.091 (R\$22.114 em 2020), classificada no imobilizado de arrendamento, equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação, conforme Circular BACEN nº 1.429/89, Pronunci



SERVIÇOS FINANCEIROS

BANCO GM S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13

TRACKER

☆ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social
O capital social no montante de R\$2.416.479 (R\$2.416.479 em 2020) está representado por ações ordinárias 1.141.400.925 (1.141.400.925 em 2020)
b) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio
Em 2021, a Administração deliberou e aprovou o pagamento de dividendos e juros sobre Capital Próprio aos acionistas no montante de R\$537.283 (Em 2020 foram R\$107.389 de Juros sobre Capital Próprio).
c) Reservas de Lucros
A reserva legal é constituída a 5% do lucro do exercício, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal. O saldo de reservas de lucros em 31 de dezembro de 2021 é de R\$252.004 (R\$466.814 em 2020).
d) Lucro por ação
O Lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade pela quantidade de ações durante o período.

18. RECEITA COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, foram reconhecidas, no resultado, receitas de operações de crédito, conforme demonstrado:

	2021	2020
Receita com operação de atacado	45.896	149.778
Receita com operação de varejo	1.214.407	1.310.079
Total	1.260.303	1.459.857

19. DESPESAS DE PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, foram reconhecidas "Despesas com Pessoal", conforme demonstrado:

	2021	2020
Despesas com proventos	80.872	73.797
Despesas com encargos sociais	32.502	29.630
Despesas de benefícios	26.792	24.215
Outras	190	36
Total	140.356	127.678

20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A rubrica "Outras despesas administrativas" apresentava a seguinte composição nos exercícios:

	2021	2020
Comissões pagas às concessionárias	122.865	170.018
Sistemas de processamento de dados	18.935	17.204
Serviços técnicos especializados	38.118	35.928
Propaganda e publicidade	13.677	8.798
Sistemas de comunicação	3.894	5.581
Serviços prestados de terceiros	18.974	21.938
Despesas com sistema financeiro	26.538	16.770
Despesas com seguros	995	1.260
Emolumentos pagos aos cartórios	3.215	21.682
Amortizações e depreciações	4.471	4.871
Outras	9.602	11.658
Total	261.284	315.708

21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A rubrica "Outras receitas operacionais" apresentava a seguinte composição nos exercícios:

	2021	2020
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais e Impostos a Compensar	19.587	16.753
Recuperação de despesas	28.383	89.593
Reversão de provisão fiscal	15.044	92.992
Reversão de provisão para contingências cíveis e trabalhistas	6.519	22.242
Resultado na venda de bens não de uso próprio	7.881	6.994
Outros	(10)	2.075
Total	77.404	230.639

22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

A rubrica "Outras despesas operacionais" apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Despesas com atualização monetária de contingências fiscais	15.863	12.852
Despesas com provisões cíveis e trabalhistas	12.481	31.949
Despesa com juros e cobrança	24.805	24.685
Despesas com incentivos culturais	3.220	2.565
Despesas com partes relacionadas	-	2
Despesas com juros e multas	14.987	77.905
Outras	3.335	75
Total	74.491	150.033

23. RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

Refere-se à receita com Taxa de Confeção de Cadastro (TCC), no montante de R\$40.411 (R\$ 62.790 em 2020).

24. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A rubrica "Despesas Tributárias" apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
COFINS	30.595	34.292
PIS	4.972	12.317
ISS	4.647	7.252
OUTROS	1.986	1.972
Total	42.200	55.833

25. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração
Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de junho, são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo Chevrolet Serviços Financeiros.
b) Benefícios de Curto Prazo

	2021	2020
Salários e Honorários da Diretoria Executiva	2.658	2.923
Remuneração fixa	2.509	1.473
Remuneração variável	5.167	4.396
Total	10.334	8.792

c) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Outras Informações - Operações de Crédito
Conforme previsto na Lei nº 13.506/17, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores ou seus familiares.
e) Transação com partes relacionadas

As posições patrimoniais e de resultado auferidas em operações com partes relacionadas nos exercícios, podem ser resumidos como segue:

	2021		2020	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesas)
Partes relacionadas				
General Motors do Brasil Ltda.:				
Outros créditos	11.393	-	14.671	-
Rendas de prestação de Serviços	-	15.827	-	-
Outras obrigações - Diversas	(6.625)	-	(6.084)	-
Resultado de exercícios futuros (nota 16)	(43.717)	99.846	(80.084)	77.738
GMAC Prest. de Serviços de Mão de obra Ltda.:				
Outros créditos	84	-	-	-
Captações em depósitos a prazo	(42.911)	(1.826)	(40.711)	(395)
Receita de prestação de Serviços	-	838	-	-
Empresas controladas				
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.:				
Outros créditos	3.787	-	1.450	-
Captações em depósitos a prazo	(618.485)	(37.536)	(555.017)	(17.248)
Receita de prestação de Serviços	-	37.288	-	7.110
GMAC L - Corretora de Seguros Ltda.:				
Outros créditos	1.029	-	812	-
Captações em depósitos a prazo	(230.428)	(9.101)	(186.055)	(1.687)
Receita de prestação de Serviços	-	10.223	-	4.245
Controladora				
General Motors Financial Inc.:				
Outros créditos	2.483	-	2.114	-
Receita de prestação de Serviços	-	8.035	-	4.291
General Motors Holdings Participações Ltda.:				
Outros créditos	66	-	-	-
Captações em depósitos a prazo	(11.205)	(371)	(10.882)	(46)
Receita de prestação de Serviços	-	653	-	-
Valores a pagar - JCP	(54.917)	-	(28.614)	-

26. GERENCIAMENTO DE RISCO

(a) Em consonância com a regulamentação vigente, as práticas adotadas no mercado, e as recomendações do comitê da Basileia, a Instituição, para suportar o adequado gerenciamento de seus riscos, adota as seguintes práticas:
(i) Departamento de Riscos Corporativos - foi criado departamento específico responsável pela gestão dos riscos de mercado e IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*), liquidez, operacional, socioambiental, cibernético, estratégico, reputacional e gestão de capital da Chevrolet Serviços Financeiros. Além disso, o departamento também tem a responsabilidade de monitorar e reportar ao CFO uma visão consolidada dos riscos, recebendo, analisando e apurando informações a respeito dos riscos de crédito (Atacado e Varejo), de conformidade, legal, e continuidade de negócios, criando uma visão integrada para adequada gestão de riscos e capital pelo CRC, com o objetivo de alcançar equilíbrio adequado entre risco e retorno, diminuindo os riscos desnecessários e protegendo os retornos financeiros da empresa. Além disto, a área atua assegurando a adequação e monitoramento dos indicadores estabelecidos na Declaração de Appetite de Riscos (*Risk Appetite Statement - RAS*), suprindo e reportando ao CRC;
(ii) Risco de Crédito - consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a sua mitigação e controle, e em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela sua gestão, e as áreas de risco de crédito (Atacado e Varejo), como responsáveis por monitorar os indicadores de crédito para, caso haja necessidade, estabelecer correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite a riscos adotados pela organização;

(iii) Risco Operacional - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco operacional, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por avaliar os processos internos, monitorar os indicadores de risco operacional (*KRI's*), fomentar discussões sobre os eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelecer planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização. A área de Controles Internos atua em parceria com Riscos Corporativos e é responsável pela avaliação e monitoramento dos controles internos;
(iv) Risco de Mercado e IRRBB - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de mercado, e a área de Riscos Corporativos, como a responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco das carteiras de negociação e bancária, incluindo acompanhamento do IRRBB (*Interest Rate Risk of the Banking Book*), mensurando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira. As avaliações são realizadas com o objetivo de manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia, e apetite a riscos;

(v) Risco de Liquidez - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de liquidez, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por realizar o monitoramento e o controle independente de indicadores como o TRF (*Time to Require Funding*), Descasamento de Taxas e Moedas, LCR, Caixa Mínimo e Concentração de *Funding*, conforme os limites estabelecidos de forma adequada para financiar suas atividades de forma prudente e eficaz em termos de custos e gerenciamento do risco;
(vi) Gerenciamento de Capital - De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A política relacionada à Gestão de Capital da Chevrolet Serviços Financeiros estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo e abrange os seguintes pontos: papéis e responsabilidades, métricas da gestão de capital, regras de cálculo do capital, limites operacionais, planos de contingência e monitoramento contínuo. A Chevrolet Serviços Financeiros busca manter o capital em níveis adequados de acordo com sua estratégia, de forma que haja uma margem prudente em relação ao patamar mínimo estabelecido pelo regulador local, sem comprometer os resultados do negócio;
(vii) Risco Socioambiental - De acordo com a Resolução 4.327/14 do CMN, o risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais associadas às atividades e operações da instituição. A Chevrolet Serviços Financeiros construiu uma Política de Responsabilidade Socioambiental, monitorada, atualizada e posta em prática pela área de Riscos Corporativos, visando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco socioambiental presente nas atividades e nas operações. Essa estrutura prevê estratégias, limites e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco socioambiental em conformidade com os níveis fixados na RAS;

(viii) Risco de Conformidade - O risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos à reputação resultantes da falha em cumprir: (i) leis e regulamentos; (ii) regras, códigos de conduta ou padrões/normas de organizações autorreguladoras às quais a Chevrolet Serviços Financeiros está sujeita ou das quais é membro; e (iii) políticas e procedimentos internos. Buscando o alinhamento entre as melhores práticas no que tange o gerenciamento de riscos ao perfil de negócio, às características da Instituição, e ao ambiente regulatório, a área de Compliance da Chevrolet Serviços Financeiros gerencia este risco de conformidade de forma estruturada, apoiada em normas e procedimentos corporativos, além de programas de conformidade, visando primariamente garantir que todas as regras aplicáveis estão sendo atendidas;

(ix) Risco Legal - O risco legal é associado à incorreta interpretação, aplicação e/ou não cumprimento dos dispositivos legais, regulamentações, acordos e preceitos éticos nas práticas das empresas, bem como à inadequação ou deficiência em seus contratos, podendo ter como consequências, incluindo, mas não se limitando a, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, diminuição do valor dos ativos, contingências maiores do que as esperadas e indenizações por danos a terceiros. A Chevrolet Serviços Financeiros através de seu departamento Jurídico, atua de forma ativa para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco legal inerente ao seu negócio;
(x) Risco Estratégico - O risco de estratégia é definido como a possibilidade de perda decorrente da utilização de uma estratégia, premissas ou política de negócios inadequada ou de falta desta, incluindo a ausência ou execução equivocada de resposta a alterações de mercado e a fatores externos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui um processo regular, completo e consistente de planejamento estratégico, visando a projeção, acompanhamento e gestão de todos os indicadores estrategicamente relevantes para o seu negócio, de forma a subsidiar robustamente a tomada de decisão pela gestão;
(xi) Risco Reputacional - O risco reputacional é definido como a ocorrência ou possibilidade de exposição negativa que impacte a percepção daqueles com os quais se relaciona, incluindo clientes, investidores, agências de rating, colaboradores e órgãos reguladores, em relação às práticas de negócio, conduta ou condição financeira da Instituição. A gestão do risco reputacional na Chevrolet Serviços Financeiros é realizada a partir de processos contidos em diversas áreas da Instituição, os quais têm como objetivo mitigar a ocorrência de eventos que afetem a reputação, bem como atuar no controle e minimização da disseminação desses impactos;
(xii) Risco Cibernético - O risco cibernético é definido como o risco de ocorrerem eventos e perdas relacionados a dependências tecnológicas, e à interconexão entre sistemas, processos e instituições, vulneráveis a falhas ou ataques cibernéticos cujos efeitos podem ter proporções sistêmicas. A Chevrolet Serviços Financeiros mantém sólidas práticas de segurança cibernética no ambiente de negócios, contando com estruturas locais e globais dedicadas ao monitoramento contínuo, atualização e execução das melhores práticas, ferramentas e processos, visando mitigar este risco e garantir a gestão segura de informações e a proteção de dados de clientes e fornecedores.
(xiii) Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) - A Avaliação de Riscos na Continuidade dos Negócios inclui a identificação, classificação e documentação de processos críticos para o negócio, assim como a avaliação de ameaças e vulnerabilidades de ativos, estimando potenciais perdas ou danos a eles atrelados, além das respectivas respostas a situações de interrupção ou indisponibilidade prolongada de infraestrutura ou de operação das áreas de negócio da Chevrolet Serviços Financeiro, buscando evitar o estabelecimento de cenários de crise. O Plano de Continuidade de Negócios é testado e revisado de forma a garantir sua efetividade em situações de crise.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

Adesão aos programas de parcelamento e quitação de débitos fiscais (REFIS/anistia Lei nº 11.941/2009). Em 30 de novembro de 2009, o Banco aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais estabelecido na Lei nº 11.941/09. O Banco possui em 31 de dezembro de 2021, um total de provisões sobre contingências aderidas ao REFIS no montante de R\$ 183.231 (R\$ 195.590 em dez/2020), sendo R\$ 58.018 (R\$ 58.018 em dez/2020) de Principal, R\$ 523 (R\$ 523 em dez/2020) de multas e R\$ 124.690 (R\$ 137.049 em dez/2020) de juros. Dessa forma, o Banco assume débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os efeitos fiscais e contábeis relativos ao enquadramento dos processos submetidos ao REFIS estão sendo realizados conforme o desfecho das discussões judiciais, com a consequente destinação dos depósitos pelos juizes responsáveis.

28. ÍNDICE DA BASILEIA

De acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco Central do Brasil - BACEN instituiu a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido ajustado, compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, cujo cálculo em 31 de dezembro de 2021 foi de 37,64%.

	Ativo ponderado	Patrimônio de referência
Título/Risco ponderado	Ativos por risco	exigido
Risco reduzido - 20%	12.925	2.585
Risco reduzido - 75%	6.193.405	4.645.054
Risco reduzido - 85%	100.974	85.828
Risco reduzido - 100%	1.193.577	1.193.577
Risco reduzido - 250%	179.891	449.727
Sub Total 1	7.680.772	6.376.771
Parcela para cobertura de Risco Operacional	631.936	631.936
Sub Total 2	631.936	631.936
Total	8.312.708	7.008.707
Patrimônio de referência		2.638.412
Índice de basileia		37,64%

29. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em dezembro de 2021 o Banco GM não teve resultado de operações não recorrentes.

30. OUTROS ASSUNTOS

A Administração acompanha tempestivamente os desdobramentos relacionados a pandemia de COVID-19 e seus impactos para o mercado e para as operações do Banco GM, observando com a devida atenção as orientações governamentais e da Organização Mundial da Saúde. Ao longo de 2021 o Banco GM adotou diversas medidas de prevenção para proteção e suporte a seus colaboradores, clientes, parceiros comerciais e da gestão de continuidade dos negócios, que inclui o uso de trabalho remoto e o desenvolvimento de canais digitais para manter a proximidade com o cliente, além da adoção de ações de renegociação e extensão de vencimento por até 60 dias, contribuindo de forma sustentável para o equilíbrio financeiro e minimização dos impactos decorrentes da pandemia. Mesmo com uma melhoria gradual ao longo do segundo semestre, o Banco GM de forma conservadora, participando de programas como Peac-FGI e Letras Financeiras Garantidas, dentre outras iniciativas para o desenvolvimento de produtos que fomentem o negócio e facilitem o acesso dos clientes ao crédito de forma consciente.

A Diretoria

Relatório do Comitê de Auditoria

Em atendimento ao disposto no Art. 15, da Resolução do Banco Central do Brasil nº 4.910 de 27/05/2021, divulgamos o resumo do relatório semestral do Comitê de Auditoria, juntamente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do conglomerado econômico-financeiro da Chevrolet Serviços Financeiros, composto por Banco GM S.A. e GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

O período de referência do documento é o semestre findo em 31 de dezembro de 2021. O Comitê de Auditoria foi instalado em 18 de fevereiro de 2011 por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas do Banco GM S.A. e atua como órgão único para a Chevrolet Serviços Financeiros. As reuniões do Comitê de Auditoria com a auditoria independente, com a auditoria interna e com a diretoria da instituição ocorreram em 05 de novembro de 2021 e em 17 de março de 2022, tendo o conteúdo de tais encontros devidamente formalizados em atas. Na reunião de 17 de março de 2022, o Comitê de Auditoria avaliou as demonstrações financeiras e contábeis da data-base de 31 de dezembro de 2021 sem que se tenham registrado observações relevantes em relação a esses documentos. Na ocasião, o Comitê de Auditoria também assumiu a responsabilidade pela avaliação dos seguintes documentos:

- Relatório semestral qualitativo e quantitativo referente às atividades desenvolvidas pela ouvidoria (data-base 31 de dezembro de 2021), conforme determinações da Resolução nº 4.860/2020 do Conselho Monetário Nacional e da Resolução do Banco Central nº 28/2020;
- relatório anual de avaliação de efetividade da política, dos procedimentos e dos controles internos de prevenção à prática dos crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores e de financiamento ao terrorismo, em atendimento às disposições da Circular do Banco Central nº 3.978/2020;
- relatório anual de auditoria interna (data-base 31 de dezembro de 2021) e
- plano anual de auditoria interna para o ano de 2022,

ambos em cumprimento à Resolução nº 4.879/2020 do Conselho Monetário Nacional. Em termos de efetividade das auditorias independente e externa, o Comitê de Auditoria considera que os trabalhos foram desempenhados de maneira satisfatória, estando adequados à complexidade e ao porte da instituição.

Ao longo do segundo semestre de 2021, o Comitê de Auditoria acompanhou a condução dos trabalhos realizados pela auditoria interna cumprindo o plano estabelecido para o exercício. A avaliação resultou positiva em termos de cobertura e de qualidade.

Contador: Alexandre Passos Alves - CRC 1SP-297700/O-2

As recomendações feitas pelos auditores independentes e internos foram integralmente atendidas por meio de proposição de planos de ação corretivos, com designação de responsáveis pela(s) implementação(ões) e data de conclusão esperada.

Não houve, portanto, recomendação que não tenha sido acatada no período. Por fim, os trabalhos das auditorias independente e interna não trouxeram ao conhecimento do Comitê de Auditoria a existência de riscos residuais que pudessem afetar a solidez e a continuidade da Chevrolet Serviços Financeiros.

Ao longo do segundo semestre de 2021, não se identificaram instâncias que potencialmente afetassem a objetividade e a independências das equipes de auditoria. No que se refere à avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, o Comitê de Auditoria entendeu que os controles e procedimentos aplicados são eficazes e conferem transparência e confiabilidade às demonstrações financeiras da Chevrolet Serviços Financeiros, aprovando, sem ressalvas, as demonstrações financeiras do Banco GM S.A. e da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. referentes à data-base de 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 17 de março de 2022

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas do Banco GM S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco GM S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco GM S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Não cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a

base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito<



**SERVIÇOS
FINANCEIROS**



BANCO GM S.A.
CNPJ nº 59.274.605/0001-13

CRUZE PREMIER

☆ continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

O Banco considera que o sucesso de suas atividades depende da melhoria e do aperfeiçoamento contínuo e integração de suas plataformas tecnológicas necessárias ao bom desempenho de suas operações.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia para nos auxiliar na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também, realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes no desenho e operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e,

com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2022



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Fabrizio Aparecido Pimenta
Contador - CRC-1SP241659/O-9



**JÁ PENSOU EM COMPRAR
UM OKM SEM DESEMBOLSAR
ATÉ 30% DO VALOR TOTAL?**

O Plano Chevrolet Sempre oferece parcelas mais baixas do que o financiamento regular e você ainda pode trocar de carro ao final do contrato. **É você de Chevrolet Okm sempre!**

CONFIRA COMO FUNCIONA:

- Entrada reduzida
- Parcelas que cabem no seu bolso
- Até 48 meses



*Imagem meramente ilustrativa.

**SIMULE
AGORA!**



ACESSE NOSSO SITE:
WWW.PLANOCHEVROLETSEMPRE.COM.BR
OU APONTE A CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO.



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS
AO SEU LADO EM TODOS OS CAMINHOS



**SERVIÇOS
FINANCEIROS**

A SIMULAÇÃO não é uma oferta ou proposta de crédito, portanto, não possui caráter vinculativo nem validade. Como tal, o resultado desta SIMULAÇÃO não tem o condão de gerar expectativa de contratação nos moldes aqui estabelecidos. Trata-se exclusivamente de uma ferramenta de SIMULAÇÃO de cálculos que considera apenas informações de valor simulado, percentual de entrada, quantidade de prestações, inseridas na ferramenta pelo próprio cliente. Esta SIMULAÇÃO não corresponde ao valor de um modelo Chevrolet específico e leva em consideração apenas os valores indicados pelo cliente no ato da simulação, não caracterizando uma proposta ou condição de venda. O "Plano Chevrolet Sempre" é um financiamento comercializado pelo Banco GM S.A. para Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas, com uma parcela balão, entrada mínima de 30% (trinta por cento) do valor do veículo, acrescido de 24 (vinte e quatro) até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e consecutivas ("parcelas regulares") e mais uma parcela final. O termo "parcela balão" refere-se a uma parcela final, além daquelas mensalmente devidas ("parcelas regulares"), com percentual estabelecido no ato da contratação entre 15 (quinze) e 40% (quarenta por cento) do valor do veículo e com vencimento concomitante ao da última parcela regular. Para quitação do contrato é necessário o pagamento da entrada, das parcelas regulares, da parcela balão e demais despesas de responsabilidade do cliente. Para esta SIMULAÇÃO não foram realizadas pesquisas em bases de dados e informações cadastrais e tratamento de dados necessários ao início de relacionamento. Para a presente SIMULAÇÃO não foi efetuada nenhuma análise de crédito. Em atendimento à Resolução 4.881 do Banco Central do Brasil, caso o cliente opte por contratar um financiamento junto ao Banco GM, será previamente informado sobre o Custo Efetivo Total onde constará a taxa pactuada, tributos incidentes na operação, tarifas, seguros e serviços eventualmente contratados, além de outras despesas que poderão ser cobradas do cliente caso, se, após a devida análise, seu crédito seja aprovado. Para mais informações consulte um Concessionário Chevrolet autorizado ou fale através do nosso Site <https://www.chevrolet.com.br> | SAC – 0800 721 5394 | Deficientes Auditivos – 0800 727 0640 | Ouvidoria – 0800 722 6022. Antes de contratar o crédito, escolha o tipo mais adequado ao seu objetivo.

